



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DALA DJOP

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE PARIDADE E O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO
DAS MULHERES GUINEENSES NA ESFERA PÚBLICA**

REDENÇÃO

2021

DALA DJOP

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE PARIDADE E O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO
DAS MULHERES GUINEENSES NA ESFERA PÚBLICA**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Bacharelado em Humanidades da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do título de
Bacharel**

Orientadora: Prof.^a. Dr^a Vera Rodrigues

REDENÇÃO

2021

SUMÁRIO

1	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	4
1.1	Tema	4
1.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA	4
2	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	4
3	JUSTIFICATIVA	4
4	OBJETIVOS	11
4.2	Objetivos específicos	11
5	EMBASAMENTO TEÓRICO	11
6	METODOLOGIA	17
6.1	Técnicas de pesquisa	20
7	CRONOGRAMA	31
	REFERÊNCIAS	32

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Tema- Desigualdade de gênero na Guiné-Bissau.

1.2 Delimitação do Tema- O enfrentamento das desigualdades de gênero na esfera pública guineense via lei de paridade.

2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Neste projeto, pretende-se responder esta pergunta principal: como ocorre a implementação da lei de paridade pelo Estado da Guiné-Bissau e o desafio da participação feminina na esfera pública guineense? Por meio desse questionamento, propomos as seguintes questões secundárias: como se dá o processo da implementação da lei de paridade na Guiné-Bissau, aprovada pela Assembleia Nacional Popular em 2018? Qual é a relação entre o ambiente doméstico com o analfabetismo e a subalternização na vida das mulheres? Quais são os problemas que a mulher guineense enfrenta em relação à questão do gênero? Na próxima seção, apresentaremos a justificativa desta pesquisa.

3 JUSTIFICATIVA

Como mulher guineense, a escolha deste tema é motivada pelo meu desassossego quanto à posição da maioria das mulheres na sociedade guineense, tendo em conta que a camada feminina do país vem sofrendo discriminações e desigualdades de gênero, sobretudo na esfera de tomada de decisão. Na composição do elenco governamental do ano 2021, dirigido por Engenheiro Nuno Gomes Nabiam, em um universo de 20 ministérios, 18 são ocupados pelos homens e apenas 2 são ocupados pelas mulheres: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades - liderada pela deputada Suzi Carla Barbosa

(PAIGC), Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social, dirigida pela Maria da Conceição Évora (MADEM-G15) (JORNAL O'DEMOCRATA, 2021). Esses dados

demonstram desequilíbrio entre o homem e a mulher na esfera pública de tomada de decisão na Guiné-Bissau.

Conforme Mendes (2018), o homem é considerado marido, provedor do lar e é educado para ser líder e chefe de família. Ele detém o poder de decidir sobre os compromissos que a esposa pode assumir ou não, sob ameaça de destituir o casamento, que é algo muito importante para a mulher. E com esse poder de decisão, muitos condicionam a participação de suas esposas como forma de assegurar a sua submissão e conservar a supremacia masculina no lar. Neste sentido, se uma mulher engajar numa atividade política, deve, antes de tudo, advir após o respeito das normas tradicionais de casamento e o consentimento do seu marido, sob pena de ser obrigada a escolher entre a atividade política ou o casamento.

A Guiné-Bissau, como sendo um país pluriétnico com crenças e interpretação do mundo diversas, muitas etnias reforçam a ideia de poder masculino, “as mulheres aparecem sempre nos grupos de filhas, esposas, mães, irmãs, sobrinhas, etc.” (BARROS; SEMEDO, 2013, apud, MENDES, 2019, p.21). Podemos dizer que isso é um problema de séculos em várias etnias; muito antes mesmo da luta de libertação nacional, as mulheres eram maioritariamente subordinadas a estruturas sociais patriarcais dominantes (GOMES, 2015). Nessa realidade a etnia bijagó é considerada como uma exceção, dado que, [...] que tem uma estrutura matrilinear em que o nome do clã é transmitido pela mãe; o responsável do filho é a irmã da mãe, mesmo estando o pai vivo nessa etnia, as cerimónias religiosas são orientadas pelas mulheres, as Okinkas, rainhas e sacerdotisas” (BARROS; SEMEDO 2013, apud MENDES, 2019, p.21).

Conforme Moreira (2017), a mulher é vista em muitas etnias guineenses como uma pessoa inferior a homem:

Várias etnias, por exemplo: Mandinga Fula, Balanta, Mancanhe e muitas outras consideram a mulher como cidadão de segunda categoria, a camada feminina nas comunidades étnicas ocupa poucos lugares centrais, isso também reflete na esfera pública do país na qual a maioria das mulheres nunca têm acesso aos lugares de decisão (MOREIRA, 2017, p. 100).

Os homens ocupam geralmente os lugares de decisão nas estruturas étnicas e têm privilégios em todos os níveis, tanto no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais, materiais e económicos, quanto às partilhas de heranças e direito à posse de terras, entre outros, fazendo com que a realização material, o sucesso e o protagonismo se afirmam como

características essencialmente masculinas na Guiné-Bissau. Esse sistema de desigualdade é construído desde educação de base na qual as meninas e os meninos são educados a ter compreensão do mundo de forma diferente: as meninas são relegadas a atividades domésticas, ao casamento forçado e precoce que contribuem para ao abandono escolar das meninas; essas são uma das barreiras que impedem que a mulher tenha grande influência no futuro, assim sendo, as mulheres e os homens não têm as mesmas oportunidades para se concorrer de modo igual na esfera pública. Isso demonstra que é necessário que as medidas corretivas que possam contribuir para o desequilíbrio entre o homem e a mulher no contexto guineense.

A partir dessa necessidade, sob a coordenação da deputada Suzi Carla Barbosa, a organização da sociedade civil, grupos das organizações femininas e grupos religiosos tiveram a iniciativa em propor a comissão especializada da mulher e criança no parlamento, depois de muita luta, a lei de paridade, visando contribuir para o equilíbrio de gênero no parlamento guineense. No entanto, durante a apresentação da proposta da lei, que foi em 2 de agosto de 2018, aprovado em 4 de dezembro de 2018, houve boicote de alguns dos deputados, inclusive, o presidente da Comissão Especializada para Assuntos da Mulher e Criança, o deputado Solla Na Quilin; como mostra o Relatório da Comissão de Seguimento da Lei de Paridade: “após as más interpretações, conturbações e violações dos deputados perante a Lei em questão, concluiu-se que em nenhum sentido, os homens aceitariam a aplicação de Paridade, pelo que devemos trabalhar afincadamente com as mulheres nos partidos políticos, no sentido de fazer valer a alternância nas cabeças de listas” (CORREIA et al 2018. p.11). Isso nos mostra as barreiras que as mulheres vêm enfrentando para afirmação dos seus direitos na sociedade guineense, mesmo tentando mostrar o quanto a desigualdade de gênero e a subalternização é um problema, dado que, dificulta a participação de maioria das mulheres nos espaços de tomada de decisões e no reconhecimento delas na luta pelo desenvolvimento do país. As barreiras são enormes e a maioria dos homens não consegue aceitar e reconhecer o quanto isso prejudica as mulheres a conquistarem a verdadeira igualdade de gênero na esfera pública.

Apesar de conseguirem a aprovação da lei de cota que garanta 36% das mulheres nas listas dos candidatos para eleições legislativas, que é uma vitória de várias frentes dos movimentos das mulheres, como a Plataforma Política das Mulheres (PPM), uma organização feminina criada desde 2008, faz auscultação em todas as regiões do país com o intuito de inteirar dos problemas das mulheres em diferentes localidades do país. Ainda sempre se preocupou e tem se preocupado com a igualdade e equidade de gênero nos postos de liderança. A sede da PPM fica situada em Bissau, no bairro de ajuda, segunda fase número 89, é uma organização

que congrega cerca de 56 organizações femininas, entre as quais redes, associações juvenis, associações religiosas, associações de base, sindicatos; dentre elas, a Rede Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Gênero e Criança (RENLUV), que tem como presidente Aissatu Camara Indjai, e o Movimento Mindjeris Nô Lanta (MIGUILAN): organização de mulheres guineenses na Guiné-Bissau e na diáspora, coordenada pela Doutora Nelvina Barreto. Todas essas organizações lutam pela equidade de gênero, promoção dos direitos e interesses das mulheres na Guiné-Bissau (ASSUNÇÃO, 2017).

A luta de plataforma política das mulheres no que diz respeito à implementação da lei de paridade visa contribuir para que haja mais mulheres na política, conseqüentemente, nos lugares de tomada de decisões, que contribuirá na diminuição da desigualdade de gênero. No entanto, infelizmente a implementação dessa lei ainda não se observa na prática. Segundo Barros e Sá (2019), a lei de paridade ainda conta com pouca aderência dos partidos políticos:

A lei da quota seja reveladora da assunção por parte das candidatas que constitui uma oportunidade da renovação política e desmobilização da sua configuração, ainda se regista fraca aderência dos partidos políticos em relação à lei, sobretudo os grandes partidos, deixando as candidatas com poucos recursos para as campanhas (Barros; Sá, 2019, p.11).

Essa citação demonstra que a aprovação da lei de paridade deve ser acompanhada com a vontade política dos partidos políticos de contribuir para o equilíbrio de gênero na sociedade guineense, só assim que a formulação dessa lei possa ter impacto na sociedade guineense. Conforme Oncampo (2017), de acordo com os últimos dados demográficos atualizados em 2016, produzido por Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau, a população masculina é de 740.981, e a população feminina é de 788.111, o que totaliza a população total de 1.544.777 de habitantes, esse fato constitui um problema, quando falamos de um país em que mais da metade da população é mulher, os números das mulheres nos lugares de tomada de decisão nos deixam a desejar. Para Mendes et al (2018), as mulheres guineenses são praticamente ausentes na esfera de tomada de decisão:

As mulheres guineenses são largamente ausentes das esferas de tomada de decisão na maioria das instituições formais e informais do poder. Quer no parlamento, onde poucas mulheres têm assento, quer nos altos escalões das Forças de Defesa e de Segurança, nas quais elas só representam uma percentagem mínima do exército, a sub-representação das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau é quase sistemática (MENDES et al, 2018, p. 20).

Mesmo assim os partidos políticos não estão criando as estratégias para a inclusão de mais mulheres nos lugares de poder, isso mostra que a plataforma política das mulheres precisa cobrar do supremo o cumprimento da lei de paridade aos partidos que não estão a honrar

com seus deveres, já que, ainda não houve o progresso em relação à representação feminina na Assembleia Nacional Popular, como podemos constatar nesta citação de Mendes (2019):

Vale a pena sublinhar que mesmo com a aprovação no parlamento guineense (por unanimidade, 81 deputados presentes) em vésperas das eleições legislativas de março de 2019 na Assembleia Nacional Popular (ANP) a Lei da paridade que visa aumentar a representação mínima de 36% entre homens e mulheres na lista de cargos eletivos, não fez a diferença nenhuma, ou seja, mantém-se os mesmos resultados eleitorais em termos de representação das mulheres no parlamento guineense, num total de 102 deputados, apenas catorze são as mulheres entre 2014 e 2019, representando 13,7% (MENDES, 2019, p.24).

Além do não cumprimento das leis por parte dos comitês dos partidos políticos, existe outro fenômeno que prejudica as mulheres, que é a questão cultural, na Guiné-Bissau, com uma sociedade multiétnica baseada em religiosidades, algumas das quais vindas de um passado colonial, em que os comportamentos hegemônico-masculinos perpetuam na esfera pública; isso exige de nós pesquisadoras e pesquisadores uma reflexão heterogênea para compreender os comportamentos sociais que colocam ainda as mulheres na posição de subalternidade, em que todos esses fenômenos continuam mantendo e sustentando essa configuração social, cultural e estrutural que subalternizam as mulheres na sociedade guineense. Os costumes não se enquadram exclusivamente nos preceitos éticos e religiosos, mas também numa mistura da colonização europeia, que influencia muitos comportamentos; inúmeras mudanças e sequelas da colonização deixaram muitas transfigurações que fazem com que as mulheres guineenses sofram de várias formas.

Se fomos analisar o contexto histórico da luta armada pela conquista da independência da Guiné-Bissau, verificaremos que as mulheres lutaram juntamente com os homens contra os invasores portugueses combatendo a invasão colonial, cada uma usava a sua estratégia para contribuir na libertação do país; elas apoiavam-se no trabalho da agricultura de subsistência, nos cuidados aos doentes, aos feridos na guerra e em outros serviços. Amílcar Cabral, pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana, reconheceu o trabalho das mulheres na luta pela independência e a sua importância para a transformação da sociedade guineense. Nesse sentido ele sempre mostrava aos seus companheiros a importância da participação das mulheres: “a nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres” (CABRAL apud GOMES, 2016, p. 79). Contudo, tempos depois da conquista da independência, os homens dominaram os lugares de destaque, as mulheres foram deixadas no ambiente privado (Lar), sendo pouco numerosas nas escolas e nas universidades, bem como

nas direções dos partidos políticos e nos ministérios do país, não obstante elas sempre terem contribuído para o desenvolvimento do país.

Conforme Figueiredo e Gomes (2016), a participação e a organização feminina na luta da libertação foram muito importantes durante o processo de resistência colonial, após esse período, essas organizações mudaram da esfera política e tomaram o espaço social nos grupos de Mandjuandadi e dos tambores. Nesses grupos essas mulheres procuram expor as suas insatisfações durante os encontros que servem também como uma forma de resistência e de ajuda mútua através das canções, conseguiram expor os problemas sociais e políticos. As mulheres se organizam em várias vertentes na sociedade guineense, por exemplo, os grupos de Mandjuandadi, que, conforme a definição de Moreira (2017), são colectividades femininas que procuram dar resposta às demandas cotidianas das mulheres guineenses, constituindo-se em associações assentes em princípios de ajuda recíproca e de contribuição coletiva para o benefício de cada um dos seus membros.

Segundo Borges (2010), a intervenção política e cívica nas associações é patente nas festas cujas canções geralmente se referem a conteúdos sociais, políticos, culturais e económicos, constituindo assim uma forma de resistência e demonstração de insatisfação da sociedade contra fatores de exclusão, de discriminação, e mesmo de repressão política.

A desigualdade de gênero na sociedade guineense é muito visível, desde o ambiente doméstico até na esfera pública, nas eleições; as mulheres são relegadas à realização de animação nos comícios através de cânticos e danças ao som de tambor, e são elas que cozinham e trabalham duro para eleger os candidatos, que na maioria são homens. No entanto, na hora de distribuição dos cargos, os homens são privilegiados, e as mulheres ficam de fora. Segundo Figueiredo e Gomes (2016, p. 5), “esse problema vem após a independência”, isso nos mostra que a questão das desigualdades de gênero vem de longe, as mulheres lutaram lado a lado com os homens e depois da independência foram excluídas do espaço de poder e/ou de decisão, já que, estão afastadas dos cargos políticos.

As mulheres guineenses precisam ser reconhecidas pelos seus trabalhos diários, muitas delas trabalham na área informal, sendo conhecidas maioritariamente como “mindjeris bideras” (mulheres vendedoras), aquelas que praticam comércio informal, o que tem contribuído de forma integral para a educação e o sustento dos filhos e de outros membros da família, segundo o relatório do ausculta regional das jovens mulheres sobre Beijing+25 (2019), o continente africano precisa muito para conseguir o desenvolvimento e a prosperidade através da inclusão de jovens e mulheres na esfera de tomada de decisão e na esfera econômica, pois a

contribuição das mulheres no mercado informal constitui 25% da economia da África, se formos ver a área formal, as mulheres são pouco representadas e não são reconhecidas como provedoras, nem ocupam lugares de tomada de decisões nas esferas públicas.

Os homens continuam a ocupar os lugares de prestígio social, isso colabora para o alto índice da desigualdade de gênero na esfera pública, muitas mulheres trabalham na área informal, como já foi apontado, e nos ambientes domésticos, são elas que cuidam dos filhos, dos maridos e dos familiares, as suas jornadas são ininterruptas, não conseguem tempo suficiente para os estudos e a capacitação a fim de terem o mesmo nível de formação que os homens para poderem ter acesso a lugares de decisão.

Esses fatores contribuem para a desigualdade social e diversas formas de violência contra as mulheres. Por isso, para acabar ou diminuir esse fenômeno, é preciso fomentar as políticas públicas que garantam os direitos das mulheres e a participação feminina no espaço de tomada de decisão, infelizmente elas não têm esse incentivo por parte dos governantes e nem dos partidos políticos (GOMES; MONTEIRO, 2020). A falta do incentivo, apoio financeiro e político por parte do próprio Estado nos projetos direcionados às demandas das mulheres e suas participações nos cargos públicos colaboram muito para a desigualdade social e a política, se as mulheres não têm um incentivo por parte do Estado, não terão como ocupar um espaço público e lutar pelos seus direitos, já que partem em desvantagem em relação aos homens. E dentro dos partidos políticos também não é diferente, as mulheres não são apoiadas, quando conseguiram ultrapassar barreira do Estado, deparam-se com problemas culturais, mesmo havendo sistemas políticos favoráveis ou uma oferta adequada de candidatas qualificadas, as normas culturais podem limitar as oportunidades das mulheres de participar na política (RULE; ZIMMERMAN, 1994, PAXTON; KUNOVICH, 2003, apud MENDES, 2019, p.15). As barreiras são enormes e tantas impostas a camada feminina, precisam ser rompidas para que as mulheres consigam melhorar as suas vidas na sociedade e consigam atingir o lugar de poder na esfera pública.

A partir do que foi exposto, este projeto pode contribuir para o combate à desigualdade de gênero na sociedade guineense, sobretudo no que diz respeito à urgência e a importância da participação das mulheres nos lugares de tomada de decisão, mostrando a elas que estando ali poderão decidir sobre as suas vidas. Também, podem contribuir para a sensibilização das jovens e outras mulheres sobre a importância de entrarem nas universidades a fim de elas próprias poderem compreender seus problemas. Ainda esta pesquisa pode contribuir no processo do empoderamento das mulheres guineenses a fim de procurarem

estratégias para sair ou conciliar o ambiente doméstico e as suas vidas sociais, assim, poderão da melhor forma decidir sobre as suas vidas, e trazer mais mulheres para os lugares de decisão e garantir que elas sejam protagonistas das suas ideias. Além disso, espera-se que esta pesquisa possa contribuir no processo de elaboração do material didático voltado a problematizar a necessidade das mulheres estarem nos lugares de poder, principalmente, na esfera pública.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Analisar a implementação da lei de paridade pelo Estado da Guiné-Bissau e o desafio da participação das mulheres guineenses na esfera pública.

4.2 Objetivos específicos

Compreender o processo da implementação da lei de paridade na Guiné-Bissau, aprovada pela Assembleia Nacional Popular em 2018;

Analisar a relação entre o ambiente doméstico com o analfabetismo e a subalternização na vida das mulheres;

Compreender os problemas que a mulher guineense enfrenta em relação à questão do gênero.

5 EMBASAMENTO TEÓRICO

Há muito tempo “as mulheres tiveram no continente Africano um papel importante na criação e na organização de diversos tipos de formas associativas, quer ligadas às linhagens e à organização comunitária, quer também no contexto dos movimentos sindicais e nacionalistas pela independência dos seus países” (CASIMIRO, 2014, apud IMPANTA, 2020, p.54). Para as mulheres Guineenses, não é algo diferente; elas se organizam em grupos não só para fins de festejos, mas principalmente para reivindicar seus direitos na sociedade, podemos mencionar como uma data cronológica, por exemplo, o surgimento do movimento feminino na Guiné-Bissau esteve estreitamente ligado ao movimento de libertação liderado pelo PAIGC, foi

nas estruturas do partido que nasceu a 18 de julho de 1961 a primeira organização feminina, a União Democrática das Mulheres (UDEMU) (GOMES, 2013, apud ASSUNÇÃO, 2018, p. 44).

Para Figueiredo e Gomes (2016), na Guiné-Bissau, a maioria das mulheres, embora pratiquem o feminismo de várias formas - primeiramente através dos movimentos sociais de luta pelos direitos femininos, empreendedorismo e das lutas pela participação política -, elas não vislumbram um debate interno no sentido de uma consciência feminista, tal como acontece no mundo ocidental e no contexto brasileiro. No entanto, pode-se afirmar que, as mulheres guineenses são feministas, dado que, praticam o que em outros países é chamado de feminismo apesar de não nomearem suas práticas desse jeito. Isso nos leva a entender que a luta pela igualdade de gênero se configura de uma maneira diferente, ou seja, é como uma planta que nasce no seu próprio solo, nesse sentido, a designação feminista ou feminina para nomear a luta pela igualdade de gênero entre o homem e a mulher, é uma questão cultural, no fundo todas lutam pela liberdade da mulher visando contribuir na erradicação de qualquer forma de violência que cria barreira para impedir a verdadeira igualdade de gênero, ou seja, impedir progresso da mulher na sociedade.

Para Oyewùmí (2012), a categoria gênero antes de tudo é uma construção sociocultural. Segundo Barros e Semedo (2012, p. 8), a falta de equilíbrio na sociedade entre a mulher e o homem é uma construção social, “refere-se ao conjunto de papéis socialmente construídos e aos traços de personalidade, atitudes, comportamentos, valores, poder relativo à influência que a sociedade atribui aos dois sexos numa base que os distingue um do outro, que evoluem no tempo e no espaço, assim como às relações que existem entre os dois”.

Essa construção sociocultural que os autores falam está relacionada, antes de tudo, aos papéis entre homens e mulheres definidos pelo sexo, que determina o papel que cada sexo deve desempenhar tanto na esfera pública e como na privada; a sociedade guineense machista e patriarcal vem duma realidade colonial machista, onde as mulheres tinham que enfrentar dupla desigualdade de gênero, de um lado, com os nativos e, de outro lado, com os colonizadores. Mesmo com a independência, isso não mudou a realidade das mulheres, continuam a ser subalternizadas, estando sem oportunidade e poder nos lugares de decisão e sem participação na política como sendo esfera na qual todos os problemas e os bens do país são debatidos e resolvidos, é o lugar com maior representação masculina; e o ambiente doméstico é reservado às mulheres, esse fenômeno acontece desde antes da colonização até a entrada do período da democracia. A maioria das mulheres ocupa poucos lugares na esfera pública, como podemos

destacar, por exemplo, nos ministérios e nas secretarias dos governos, como podemos constatar nesta citação:

1989 a 2018 as Pastas Ocupadas por Mulheres nos ministérios são: Presidência de Conselho de Ministros 1, Administração pública 1, Negócios Estrangeiros 5, Economia e Finanças 2, Defesa Nacional 3, Justiça (Direitos Humanos) 5, Obras Públicas (Habitação e Urbanismo) 0, Função Pública (Reforma Administrativa e Trabalho; Segurança Social) 1, Educação (Ensino Superior, Juventude, Cultura e Desporto) 5, Agricultura 1, Mulher (Família e Coesão Social) 5, Saúde Pública (Família e Coesão Social) 8, Comércio (e Promoção Empresarial) 0, Administração Territorial 3, comunicação social 1. E nas secretarias são: Juventude 4, Ambiente (e Desenvolvimento Sustentável) 0, Turismo (e Artesanato) 1, Transportes e Comunicações 0, Pescas (e Economia Marítima) 2, Tesouro 1, Orçamento e Assuntos Fiscais 5, Plano e Integração Regional 2, Ordem Pública 0, Ordenamento e Administração de Território 0, Combatentes da Liberdade da Pátria 3, Administração Local 1, Reforma Administrativa 0, Cooperação Internacional (e das Comunidades) 3, Comunidades 0, Florestas e Pecuária 1, Ensino Básico e Secundário 1, Energia 0. (LIBERATO, 2021, p. 87).

Isso demonstra claramente que a camada feminina foi e está sendo prejudicada há muitos tempos, através das sucessivas tarefas de subalternização, as mulheres nunca irão alcançar a equidade de gênero, se a sociedade não mudar sua estrutura e pensar a mulher além dos trabalhos ligados ao ambiente doméstico. É de extrema importância a presença das mulheres na esfera pública, porque, a mulher deve também estar ali para contribuir no processo da mudança social. A nosso ver, a presença da mulher na esfera pública pode demonstrar rompimento da demarcação dos lugares da mulher e do homem dentro da sociedade, ajudará a derrubar os poderes hegemônicos e a violência contra a mulher, que inicia desde o ambiente doméstico e perpétua nos lugares de poder nos quais as divisões de tarefas que costumam ser especificadas consoante o gênero. Quando alguns trabalhos e alguns papéis principalmente as que têm remuneração financeira são destinados à camada masculina, as mulheres são inferiorizadas com as justificativas de sexo frágil e emotiva, esses fatores geram a instabilidade ligada e a violência. Neste sentido, é necessário incentivar a participação da camada feminina nos espaços de decisões, por exemplo, nas escolas, nas universidades, nas associações, ou seja, é fundamental encorajar a participação das mulheres desde cedo nos cargos de liderança. Isso pode ter impacto no processo da luta para o equilíbrio social entre os homens e as mulheres.

Os dados nos mostram que a falta de participação feminina tem como uma das suas consequências a pobreza economia, que atinge a camada feminina na Guiné Bissau, é a que mais sofre com a pobreza, como este trecho comprova “pobreza humana é mais acentuada nas mulheres em todas as faixas etárias e em todas as regiões” (ESNU, 2006, apud MOURA et.al, 2009, s.p). É um dos problemas que ainda mantém a estrutura patriarcal e violência contra a

camada feminina, além de manter a sua relação com o ambiente doméstico, isso gera a marca pela diferenciação sexual; por exemplo, quando os homens são excluídos da educação das crianças e de outras atividades ou tarefas domésticas e as mulheres são largamente excluídas de atividades econômicas extra domésticas, esta dependência funcional produz no agregado familiar o domínio dos cuidados do lar centrado na mulher, que contribui pelo alto índice da pobreza na camada feminina. Verifica-se que “muitas vezes, quando são eleitas para cargos políticos, são poucas as mulheres que defendem os direitos e interesses das mulheres, muitas vezes assumindo posturas e atitudes semelhantes às dos homens e de acordo com as instituições políticas e governamentais em que estão inseridas” (BARROS;SEMEDO, 2012, apud MOREIRA, 2021, s.p); isso se verifica devido à construção social da sociedade guineense, as mulheres sempre se veem como rivais nunca como aliadas para destruir o sistema patriarcal, que lhes coloca nos lugares de subordinação. A camada feminina precisa acreditar no processo de empoderamento, desconstruir as ideias de rivalidade e superioridade entre as mulheres, construir uma ideia onde as mulheres terão a capacidade de criar o discurso baseado no gênero, com interesse de ocupar os lugares de decisão e pensar nos problemas que as afetam.

Para que as mulheres guineenses alcancem uma verdadeira igualdade de gênero, precisam incluir em suas pautas as mulheres que vivem nas zonas rurais, porque estas mulheres podem ter menos informações em relação à luta de igualdade de gênero, isso pode contribuir para que não engajem nessa luta, neste sentido, elas precisam ser incluídas nas pautas dos direitos femininos e lutar conjuntamente com as mulheres do meio urbano para acabar com qualquer tipo de violência que possa emergir nos debates contemporâneos. Para Figueiredo e Gomes (2012,.), as mulheres que protagonizaram e se apropriaram do discurso emancipatório do movimento de libertação eram majoritariamente do meio urbano, acessaram às instituições de formação asseguradas pelo Estado colonial.

A camada feminina desempenha uma jornada ininterrupta nos cuidados diários, por isso, lhes falta tempo para outras atividades. Isso gera falta das mulheres nas esferas públicas e nos lugares de decisão em geral, deste modo, é importante trabalhar para que as mulheres possam “acreditar na igualdade de gênero é uma das partidas para exigir uma igualdade de gênero sólido, incentivar a acreditar da população com representação parlamentar, permitindo não só determinar o nível de educação obtido por cada um dos gêneros, como também o acesso das mulheres ao poder político” (PERMANYER, 2013, apud LIBERATO, 2021, p. 16).

As mulheres ainda precisam de união para se acabar com a subordinação que sofrem e lutam juntas para melhorarem suas condições, temos muitas mulheres que trabalham em

situações precárias, o que prejudica suas formações acadêmicas e intelectuais; e as mulheres devem se ver como vítima do sistema patriarcal, e se conscientizar e empoderar umas às outras, não colocando outra mulher na sua casa como empregada, sem lhe tratar como uma mulher que o sistema lhe tirou o privilégio:

No caso guineense, poder-se-ia usar o paradigma da empregada doméstica como elemento de análise da condição de marginalização da mulher, não por ser negra, uma vez que não ocorre o problema da “cor”, tal como no Brasil, mas por ser da tabanka, da aldeia, do mundo rural, portanto, considerada inferior, sem instrução e sem possibilidades de aspirações e de ascensão social, como anteriormente referido na nossa discussão. Mais uma vez encontramos uma relação com os estigmas criados pela ideologia colonial, fortemente absorvidos e interiorizados na sociedade local, de forma geral, sobretudo pelas elites instruídas (FIGUEREDO; GOMES, 2012, p. 12).

A sociedade guineense precisa acreditar na desconstrução do patriarcado e masculinidade das normas culturais que colocam as mulheres nas posições de subalternidades; a vida social, demarcada pelo sistema político e pelas instituições democráticas, ao reclamar a igualdade de direitos e da participação política para todos os cidadãos, produz uma dinâmica que não se sintoniza muitas vezes com as concepções de masculinidades e feminilidades dos indivíduos dentro das pertenças étnicas e religiosas (MOREIRA, 2017). Uma das saídas para acabar com o sistema patriarcal e a hegemonia masculina é incentivar a participação das mulheres nos espaços sociais, porque é um importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas, priorizar educação como base para alavancar a sociedade; as mulheres precisam estar na escola, fazer elas acreditarem que a educação, tanto básica, quanto secundária e superior, é um dos caminhos para alcançar a igualdade de gênero.

A violência contra as mulheres não tem espaço social nem geográfico, como afirma Moura et al (200, p.10), “mesmo as mulheres que vivem nos meios urbanos, assiste-se a um aumento da violência institucional, económica e social, visível na deterioração das condições de vida e na primazia da lógica de sobrevivência do dia-a-dia”. Em muitos países as denúncias estão surtindo efeito sobre a percentagem das mulheres que sofrem violências baseadas no gênero; no caso da Guiné-Bissau e alguns países de PALOP, o que dificulta muito é a inexistência de dados, estudos e análises sobre violências (diretas) contra mulheres e jovens do sexo feminino na Guiné-Bissau, em Angola e em Moçambique (ainda que neste último caso esse défice seja menor). Assim, torna-se difícil a tarefa de traçar com precisão uma tipologia das violências cometidas contra estes grupos, ou aferir a sua evolução no pós-conflito armado,

no que diz respeito às violências contra mulheres, os silêncios são muito mais reveladores do que o ostensivamente demonstrado (MOURA et al, 2009, p. 5).

Escassez dos dados para denunciar as concepções de gênero são questões do foro da identidade cultural, na medida em que as dimensões de masculinidade e de feminilidade características das pertenças étnicas, moldando os indivíduos desde a nascença, para além de serem elementos centrais na construção da identidade dos indivíduos, servem também para a delimitação identitária do nós (os da etnia ou religião x) face aos outros (de outras pertenças étnicas e religiosas), influenciando as sociabilidades no território nacional (MOREIRA, 2017).

As mulheres em Guiné-Bissau sofrem com diversas violências de sucessivos golpes de estado e guerras civis, que criam instabilidades políticas no país, as mulheres são a camada que mais sofre; às vezes, fica difícil para elas levarem adiante as suas pautas de reivindicações, porque sempre ocorre desmonte dos governos, o que de certa forma acaba retrocedendo as suas pautas:

A Guiné-Bissau, após sua independência, deparou com sérias situações difíceis no que se refere a sua estabilização política e governativa, mas particularmente aos desafios da implementação de uma política em ação aos assuntos e demandas de organização de mulheres da sociedade civil, ou seja, uma agenda pública de desenvolvimento voltada à promoção das igualdades sociais e políticas baseadas no gênero que dê conta de suas ativas participativas nos cargos de decisões, muito embora, na sua Constituição da República no seu Art.º 25º garanta o princípio da igualdade entre os gêneros (homens e mulheres). Porém, as últimas estatísticas de 2014 mostram a desigualdade social, política e econômica dos gêneros na Guiné-Bissau, tendo em conta os papéis assumidos pelas mulheres de responsabilizar pelas produções agrícolas, alimentação, educação, saúde, bem estar dos filhos e até de toda a família ou comunidade. (GOMES; MONTEIRO, 2020, p. 5).

As mulheres guineenses são as provedoras de maioria dos lares, trabalham incansavelmente para trazer o sustento para casa, se as políticas públicas forem voltadas para o seu bem estar social e econômico, a sociedade mudará de forma significativa. Segundo Gomes e Monteiro (2020), o contexto social da maioria das mulheres na Guiné-Bissau é considerado de uma agente de produção, tendo a responsabilidade maior na garantia da “sobrevivência” familiar.

Uma boa parte das mulheres guineenses são as que têm a condição econômica mais baixa, de certa forma, isso influencia no momento da campanha eleitoral, “significa isto que, na Guiné-Bissau, a situação econômica das mulheres guineenses pioraram após o conflito militar de 7 de junho tendo, todavia, aumentado o seu peso econômico através da sua forte implicação na economia informal” (MOURA et al 2009, p. 6). Se fomos ver no campo político, para alcançarem uma inclusão nos lugares de decisão para que elas possam ultrapassar barreiras

como as de discriminação direta ou indireta baseada no gênero nos procedimentos e nas práticas partidárias, como a de seleção dos candidatos e distribuição dos recursos partidários pelos candidatos, enfrentam desafios que inibem as oportunidades de elas avançarem dentro das estruturas dos partidos e listas partidárias (OSCE apud ASSUNÇÃO, 2018).

Após a independência, as mulheres estão mais no ambiente doméstico do que em outros lugares em que possam alcançar a verdadeira igualdade de gênero e emancipação, a camada feminina precisa ocupar os lugares de tomada de decisões, não só nas tabancas, mas também nas cidades, nos ministérios, no parlamento, já que, com a subalternização, elas nunca irão alcançar a equidade de gênero, é necessário incentivar a participação da camada feminina nas esferas de decisões, como já foi sublinhado. É preciso problematizar as desigualdades de gênero nas suas múltiplas formas que criam tantas barreiras, é pertinente cobrar ao estado como criador das leis que colocam múltiplas dificuldades nas vidas das mulheres, que lutam incansavelmente pela construção do país desde a luta de libertação. Para que esse reconhecimento seja validado, precisam ser criadas as políticas públicas a fim de que as leis sejam aprovadas e cumpridas, por isso a sociedade guineense em geral, não só as mulheres, precisa unir as forças com o intuito de alcançar a verdadeira igualdade de gênero no país; a recente aprovação da lei de quota de 36% das mulheres nas listas dos partidos políticos nas eleições legislativas foi um marco importante conseguido pelas organizações das mulheres através de lutas desencadeadas para conquistar os seus direitos, isso mostra que só a união faz força.

Em síntese esta pesquisa será fundamentada nas seguintes autoras, que tratam da desigualdade de gênero na Guiné-Bissau, Godinho Gomes (2012), Gomes (2020), Assunção (2018), Moreira (2017) e outros. Antes disso, procurarei entender a questão de gênero no continente africano, tomando, para isso, como base, as seguintes autoras nigerianas: Oyèrónké Oyèwùmí e Chimamanda. Porque são as pesquisadoras que vem discutindo nos seus trabalhos os problemas relacionados às vidas das mulheres, ao colocar elas como as minhas referências contribuíram de forma significativa para o êxito no meu trabalho.

6 METODOLOGIA

Nesta pesquisa para dar conta do nosso objeto, primeiramente, será feita uma pesquisa bibliográfica, procurando os trabalhos das autoras e dos autores que já pesquisaram a questão do gênero na Guiné-Bissau, concretamente o papel da mulher na sociedade guineense

em todas as vertentes. A seguir será listada de uma forma bem detalhada algumas pesquisas que têm a semelhança com a nossa com a finalidade de compreendermos, qual método que cada pesquisador ou pesquisadora usou no seu trabalho, isso será importante em me ajudar em formular um método para esta pesquisa, o que servirá como base para sustentar a minha pesquisa; vou mostrar passo a passo de cada metodologia utilizada pelas pesquisadoras.

Na Dissertação de Mestrado de Impanta (2020), intitulada *Mulheres da udemu e experiências de vida: da luta de libertação à participação política*, a autora adota como metodologia diversas técnicas, principalmente, a observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Outra orientação metodológica do trabalho foi a história de vida, interpretada a partir da perspectiva da antropóloga Suely Kofes (1994); uma abordagem qualitativa foi indispensável para o trabalho dela. Strauss e Corbin (1990) definem a pesquisa qualitativa como sendo aquela em que os resultados obtidos não são provenientes dos procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação, utilização do caderno de campo para anotações. A escolha das entrevistadas não foi aleatória, a pesquisadora teve todo um cuidado de entrevistar mulheres que tiveram participação efetiva na luta armada, ou que acompanharam o processo, as mulheres de diferentes níveis e áreas de formação, etnias, regiões e religiões, cuja participação foi possível compreender através de entrevistas (fontes orais) e pesquisas bibliográficas (IMPANTA, 2020, p.23).

Na Dissertação de Mestrado de Gomes (2019), denominada *Mulheres em associação na Guiné-Bissau: Gênero e poder em Babock e Bontche*, foi realizada pesquisa de campo, feita em Canchungo, região de Cacheu, e no bairro de São Paulo, capital de Bissau, Guiné-Bissau entre agosto e novembro de 2018. A autora realizou entrevistas semidiretivas, sendo adotada para análise a metodologia qualitativa. Além de participar ativamente nas atividades do coletivo e cooperativa, ela explica que se disponibilizou a trabalhar junto a elas durante a sua estadia no campo, e acompanhar os seus afazeres cotidianos. Portanto, para ela, isso foi relevante para a compreensão do modo de vida das mulheres em Mandjuandadi e Cooperativa, que emana desse pertencimento e cotidiano, pode ser encontrado por meio da etnografia. Citando Malinowski (1976), a pesquisa explica que o método etnográfico:

Nos permite observar aspectos referentes à organização do grupo, aos elementos que o constituem, assim como suas atividades e rotinas diárias. A própria etnografia, segundo Malinowski, remete ao entendimento da vida do outro na tentativa, por muitas vezes, de uma observação participante, de modo que nos leve a compreender o mundo a partir de um ponto de vista daqueles e

daquelas que planejam estudar (MALINOWSKI, 1976, apud GOMES, 2020, p. 21).

Por sua vez Mendes (2019), sua dissertação batizada *A sub-representação feminina e os critérios de recrutamento político na Guiné-Bissau: os casos do PAIGC e do PRS*, utiliza a metodologia de pesquisa qualitativa, com recurso à realização de entrevistas semidiretivas. Segundo o autor, foram realizadas 11 entrevistas semidiretivas com duas deputadas do PAIGC e com oito mulheres que ocupam cargos diretivos partidários, entre as quais, duas mulheres do PRS e cinco do PAIGC; e 1 entrevistada pertence à sociedade civil/Plataforma Política das Mulheres (MENDES 2019). A investigação empírica define-se pelo contato direto do investigador com a realidade que ambiciona estudar (RIBEIRO, 2018, p. 121).

Já Coutinho (2014, p. 28) “na investigação qualitativa procura-se investigar ideias, descobrir significados nas ações individuais e nas intenções sociais a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo”. Nesta investigação, segundo o autor, foi feita a análise documental (estatutos) dos partidos políticos em estudo (PAIGC e PRS) e a contagem do número de mulheres candidatas, cabeças de listas e que ocupam cargos partidários. Ele explica que neste estudo não foi possível incluir o novo partido político MADEM.G-15, com a representação feminina no parlamento nas últimas eleições legislativas de 2019, tendo três deputadas, justificando que pelo facto de esse partido não ter participado nas eleições de 2014 e não só, como também por terem sido realizadas as entrevistas antes das eleições de março de 2019. Na investigação qualitativa, “as entrevistas contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou retificam o campo de investigação” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, 1998, p. 11).

Na sua Tese de Doutorado da MOREIRA (2018) denominada *A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Gênero, Violências e Instabilidade Política*, ela usou o método qualitativo, particularmente, as entrevistas, histórias de vida e outras formas narrativas, e afirma que o crescente interesse no uso das várias formas dos métodos históricos como a história oral, as autobiografias e estudos biográficos permitiram a mulheres de diferentes classes trazer as suas próprias vozes para a análise das suas experiências e ajudaram a redefinir entendimentos convencionais de vários eventos e processos históricos em África (MOREIRA, 2018, p.44).

Segundo Ampofo (2008, apud MOREIRA, 2018, p.44), no que diz respeito aos métodos, os estudiosos do gênero e os seus homólogos africanos continuam a preferir essas abordagens.

Com base nos dados obtidos a partir dos autores e das autoras que pesquisam sobre o gênero na Guiné-Bissau, e para poder alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa, irei adotar o método qualitativo, que se preocupa “em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados” (ZANELLA, 2006, apud AIRTON, 2015, s.p). Este método me facilitaria o contato direto com as minhas entrevistadas devido à momento da emergência sanitária em advento pandemia do covid-19, duma certa forma prejudicará o meu contato direto com as entrevistadas, nesse sentido, usarei a internet a meu favor para fazer a entrevista através das redes sociais, usarei o formulário eletrônico do google que partilharei com as minhas entrevistadas, por meio das respostas delas, procuraremos entender como mulheres enfrentam os problemas da desigualdade na sociedade e como isso prejudica a participação das mulheres nos lugares de tomada de decisão. A partir das questões e objetivos da minha pesquisa, após a coleta de dados, farei transcrição literal e interpretação das falas das minhas entrevistadas. Realizarei também análise dos documentos da criação da lei de paridade e a sua aplicabilidade.

6.1 Técnicas de pesquisa

Para a realização da presente pesquisa, faremos a entrevista, uma técnica que consiste em gerar e manter conversações com pessoas consideradas chaves no processo de investigação. É recurso comumente utilizado por pesquisadores da área das ciências sociais, é importante frisar que, em geral, está associada ao uso de outras técnicas de pesquisa. Faremos a entrevista com as mulheres que moram na Guiné-Bissau e as que moram no exterior, considerando especificamente as que já ocuparam algum cargo na função pública, principalmente, as mulheres das organizações que compõem a Plataforma Política das Mulheres (PPM). Em seguida, vou apresentar as fotos e biografias das minhas futuras entrevistadas:

Foto1: Adja Satu Camará



Fonte: foto e biografia retirada do livro das mulheres Africanas da universidade federal do Rio grande do Sul. da internet, acessada em 2021 <https://www.ufrgs.br/africanas/adja-satu-camara-pinto-1948/>

Adja Satu Camara Pinto nasceu na aldeia de N'Tuhana, sector de Buba, região de Quinara. Sob a influência de seu pai, ativista, integrou as fileiras do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e participou da luta de libertação nacional em 1962. Durante a guerra de libertação, Adja Pinto participou de uma preparação militar em Gana (1964) e de um curso de enfermagem, como enfermeira auxiliar para a frente de combate, na URSS (1965). Depois do treinamento, foi responsável de saúde na frente Leste (1965-1967); em Koundara na Guiné-Conakry em colaboração com o escritório do PAIGC (1967-1968); em Quitafine na frente Sul (1968-1969; 1970-1971). Também foi nomeada coordenadora de internato do Instituto da Amizade (Titina Silá) em Campada (1969-1970) e empregada no hospital da zona 7 (1972-1974). Em 1974, após a proclamação da Independência da República da Guiné-Bissau, foi nomeada Chefe de serviço de saúde do hospital de Bafatá durante muitos anos. Aos poucos, passou a exercer grande influência na vida política do país. Foi sucessivamente governadora da região de Bafatá (1985-1990), de Cacheu (1990) e de Gabú (1997-1999). Foi deputada da nação na primeira legislatura multipartidária (1994-1999) e foi eleita primeira vice-presidenta da Assembleia Nacional Popular (2004-2008). Adja Satú Camará Pinto entrou no governo pela primeira e única vez como Ministra do Interior de 2009 a 2010 antes de ser nomeada Chefe da Casa Civil do Presidente da República – Malam Bacai Sanhá (Mambas) em 2010. Em 2016, Adja Pinto deixou o PAIGC. No ano seguinte, em 2017, foi a primeira mulher bissau-guineense a obter o grau de General. Juntou-se ao Movimento de alternância democrática-Grupo 15 em 2018, com o qual foi eleita segunda vice-presidenta da Assembleia Nacional Popular (2019). Em 2020 foi nomeada quarta vice-Presidente da Mesa

Parlamentar da CEDEAO (2020).

Foto 2: Maria Odete Costa Semedo



Fonte: Foto e Biografia recebida da comissão organizadora do dia da mulher Africana, 31 de julho de 2021 da Rede internacional das mulheres da África da Unilab (Rima).

Maria Odete Costa Semedo nasceu em 7 de novembro em Bissau, cientista social, escritora, política e professora universitária da Guiné-Bissau; Doutora em Letras (Literaturas de Língua Portuguesa) pela PUC-MINAS, Brasil, com formação anterior na área de Educação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, Variante de Estudos Portugueses, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A sua trajetória e filiação profissional é de Investigadora Sênior Permanente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), em que atua como Coordenadora da Série Palavras de Mulher, estudo biográfico de mulheres que participaram na Luta de Libertação Nacional da Guiné-Bissau, reconhecida pela sua produção acadêmica, mas também por altas funções de Estado e do Parlamento já ocupadas em Guiné Bissau, assim como por seu ativismo em defesa da democracia e do Estado de Direito. Entre suas altas funções de Estado e no parlamento, destacam-se o Mandato de Deputada da Nação, Ministra de Administração Territorial e Gestão Eleitoral, Ministra da Educação e Presidente da Comissão Nacional da UNESCO Guiné-Bissau, Reitora da Universidade Amílcar

Cabral, Ministra da Saúde, Ministra da Educação Nacional e Presidente da Comissão Nacional da UNESCO Guiné-Bissau. Dona das obras entre o ser e o amar, histórias e passadas que ouvi contar, no fundo de canto Guiné-Bissau histórias culturais, sociedade e literatura.

Foto 3: Djenane Pereira de Jesus



Fonte: Foto e Biografia cedida pela Djenane Pereira de Jesus

Djenane Pereira de Jesus, guineense, nascida em 06 de maio de 1980, estudou na Universidade Amizada em Povos em Moscovo/Rússia (2000 – 2005). Licenciatura em Jornalismo, Especialista em Comunicação, com o mestrado em Comunicação e Tecnologias de Informação no Instituto Universitário de Lisboa ISCTE. Desenvolveu nos últimos anos várias campanhas de comunicação nas áreas da proteção do ambiente e liderança feminina. Foi vencedora em 2019 do prémio de empreendedores no sector dos media, financiado pela UNIOGBIS. Com conhecimento profundo das realidades multi étnicas e culturais no quadro da implementação de estratégias de comunicação, Implementadora do Movimento Mais Mulher para uma maior participação política das Mulheres na cena política, financiada pelo PNUD; Implementadora do plano estratégico de comunicação para a promoção da lei de paridade, 2018, financiado pela UNIOGBIS; Membro da Rede Nacional das Mulheres Mediadoras, REMUME; Membro da Associação das Mulheres Profissionais da Comunicação Social, Membro da Associação das mulheres Jornalistas e Técnicas da Comunicação Social da Guiné-Bissau, mestrado em Comunicação e Tecnologias de Informação no Instituto Universitário de Lisboa

ISCTE

Foto 4: Francisca Maria Monteiro e Silva Vaz



Fonte: Foto e Biografia cedida pela Francisca Maria Monteiro e Silva Vaz.

Francisca Maria Monteiro e Silva Vaz, mais conhecida e considerada por todos os guineenses como “Zinha Vaz”, nascida em Bissau a 4 de outubro de 1952. Socióloga formada pela Universidade de Lisboa, fez curso de capacitação em Administração Pública no Brasil - São Paulo, pela Fundação de Desenvolvimento Administrativo. Deputada e Membro da Comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular, Presidente da Associação das Mulheres de Atividade Económica da Guiné-Bissau, Membro da Comissão de Boa Vontade da Assembleia Nacional Popular, Membro da Assembleia Constituinte do NEPAD, Antiga Ministra de Estado Conselheira para os Assuntos Políticos e Diplomáticos, Antiga Presidente da Câmara Municipal de Bissau, Formadora no Centro de formadores da Administração Pública, Presidente e fundadora do Partido UPG (Partido da Guinendade), Candidata nas Eleições Presidências de 2009 a Cargo de Presidente da República, Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República da Guiné-Bissau na República da Gâmbia, Presidente da Célula RAMAO-GB- Renascença Africana das Mulheres da África, Presidente da Associação das Mulheres de Atividade Económica da Guiné-Bissau – AMAE. Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Poupança e Crédito “BAMBARAM” 1992, Membro Efetiva da

Associação das Mulheres Afro-Americanas e Africanas, eleita no A.A.I. Em New York – Estados Unidos da América de 1993, Membro fundadora da AFAO - Associação das Mulheres da África Ocidental. Secretária Nacional da Comissão Ad-hoc da Mulher e Criança. Consultante em várias Organizações da Sociedade Civil na matéria de Género. Presidente do Conselho de administração da Cooperativa de Poupança e Crédito “BAMBARAM.

Foto 5: Artemisa Odila Candé Monteiro



Fonte: Foto e Biografia recebida da comissão organizadora do dia da mulher Africana, 31 de julho de 2021 da Rede internacional das mulheres da África da Rima.

Artemisa Odila Candé Monteiro, guineense, possui graduação em Ciências Sociais e licenciatura em sociologia pela Universidade Federal do Piauí, Mestra em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Doutora em Ciências Sociais- UFBA. Fez pós-doutorado no Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA. É professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Vem dedicando-se nas seguintes áreas: Estudos africanos, História da África com ênfase nas Identidades africanas, mulheres africanas, mulherismo e género em África, nação, nacionalismo especificamente na literatura bissau-guineense. Coordenadora geral do Programa de Extensão Vozes D' África na Unilab. Atualmente, é coordenadora executiva da Rede Internacional de Mulheres Africanas na Unilab - RIMA. Membro da Comissão Permanente do Congresso Internacional Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Pró-Reitora de Relações Institucionais e Internacionais, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Unilab, é autora da obra discurso nacional e etnicidade em África.

Foto 6: Patrícia Godinho Gomes



Fonte: Foto e a Biografia coletadas do Lattes em 03/07/2020

Patrícia Godinho Gomes, de nacionalidade guineense, Professora Associada visitante no Programa de Pós Graduação em Estudos Étnicos e Africanos - Pós-Afro da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP, da Universidade Técnica de Lisboa, com especialização em Estudos Africanos (1995). Doutora em História e Instituições da África (2002) e pós-doutoranda em História da África pela Università degli Studi di Cagliari (2006-2010) e em Estudos Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2014/2018). Tem experiência na área de História, com ênfase na história social das mulheres nas resistências anticoloniais, estudos de gênero e feminismos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), mais especificamente na Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Tem escrito sobre temas de gênero na Guiné-Bissau e, mais recentemente, sobre feminismos africanos, com particular ênfase nos PALOP. É pesquisadora associada do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e membro suplente do Comitê Executivo do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA). É autora da obra "Os fundamentos de uma nova sociedade: o PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau" (1963-1973), pela Harmattan Itália (2010), organizadora, com Muleka Mwewa e Gleiciani Fernandes, da obra "Gênero, cidadania e identidades", pela Nova Harmonia (São Leopoldo, Brasil, 2009), co-autora da obra "O que é feminismo?", pela Escolar Editora (Lisboa-Maputo, 2015) e co-organizadora, com Cláudio Alves Furtado, da obra "Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero", pela EDUFBA (Salvador, 2017).

Foto 7: Joacine Elysees Katar Tavares Moreira



Fonte: Biografia e foto acessam na internet em 2021
<<https://www.joacinekatarmoreira.pt/sobre/biografia>

Joacine Elysees Katar Tavares Moreira nasceu em 1982, em Bissau, com 8 anos de idade foi para Portugal. Ela é licenciada em História Moderna e Contemporânea, mestra em Estudos do Desenvolvimento e doutorada em Estudos Africanos pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Ph.D. em Estudos Africanos no ISCTE. As suas áreas de estudo e de intervenção são os Estudos do Desenvolvimento, Estudos de Género, violência, política e movimentos sociais. Mentora e fundadora do INMUNE - Instituto da Mulher Negra em Portugal, criado em 2018 para lutar contra a invisibilização e o silenciamento da mulher negra na sociedade portuguesa, tem participado ativamente no debate público sobre o Colonialismo e a Escravatura em Portugal, faz parte de diversos grupos de trabalho e de reflexão nacionais e internacionais, investigadora afiliada ao Centro de Estudos Internacionais do ISCTE (CEI-IUL), o seu trabalho académico reflete sobre diversidade de gênero, desenvolvimento, política, cultura, história e movimentos cívicos, bem como racismo, colonialismo e escravidão em Portugal. Aurora do livro *A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Gênero, Violências e Instabilidade Política*.

Foto 8: Suzi Carla Barbosa



Fonte: Foto e Biografia acessada em 2021 <<https://www.joacinekatarmoreira.pt/sobre/biografia/>>

Suzi Carla Barbosa nasceu em Bafatá na Guiné-Bissau. Deputada eleita para o parlamento da Guiné-Bissau em 2014, é licenciada em Relações Internacionais, mestra em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, foi vencedora do prémio Pan-Africano Humanitário em 2017 por seu trabalho de empoderamento das mulheres, social leadership e gender advocacy. Membro do Comité Central do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), é Responsável da Direção das Relações Exteriores do PAIGC. A nível do Parlamento, é vice-presidente do grupo parlamentar do PAIGC e presidente da Rede das Mulheres Parlamentar (REMP-GB). Membro do Comité Executivo da PGA desde novembro de 2017, é Presidente do grupo nacional desta organização parlamentar, que é constituída por 142 parlamentos. No seu percurso parlamentar, Suzi Barbosa foi a deputada mais jovem eleita para o parlamento guineense, tendo sido reconhecida por organizações juvenis com um diploma de mérito devido ao seu trabalho excepcional em prol da juventude. Ainda a nível do parlamento, foi uma das defensoras da Lei de Paridade aprovada em 2018, que pretende aumentar a presença das guineenses nas esferas de tomada de decisão, foi membro do governo entre 2015-2016, tendo desempenhado o cargo de Secretária de Estado de Cooperação e Comunidades. Atualmente, é conselheira para assuntos políticos e diplomáticos do Primeiro-ministro da Guiné-Bissau.

Foto 9: Nelvina Barreto



Fonte: Foto e Biografia acessada na internet [2021linkedin.com/in/nelvina-barreto-9ab85150/](https://www.linkedin.com/in/nelvina-barreto-9ab85150/)

Nelvina Barreto nasceu em Bolama, na Guiné-Bissau, estudou Direito na Faculdade de Direito de Lisboa, construiu a sua expertise na gestão de programas e projetos de desenvolvimento na Guiné-Bissau, tendo coordenado projetos de apoio à educação básica e ao desenvolvimento comunitário, como gerente de programa de país para o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) na Tunísia e em Angola por seis anos, domina as metodologias de aquisição e gestão de programas de desenvolvimento de instituições financeiras internacionais, como o BAD, o Banco Mundial e a União Europeia; durante vários anos trabalha com associações e redes de mulheres da sociedade civil guineense no domínio da igualdade, equidade de género e desenvolvimento rural, de janeiro de 2017 a novembro de 2018, trabalhou com a FAO e as redes de mulheres da Guiné-Bissau, no estabelecimento de um projeto para fortalecer a capacidade de resiliência das associações de mulheres em áreas rurais, ocupou então o cargo de chefe do gabinete de ligação do ADB Ministra da Agricultura e Florestas do coordenadora de Muiguilan, secretaria executiva da plataforma das ONGS da Guiné-Bissau.

Foto 10: Maimuna Gomes Sila



Fonte: Foto e Biografia recebida da comissão organizadora do dia da mulher Africana, 31 de julho de 2021 da Rede internacional das mulheres da África da Rima.

Maimuna Gomes Sila nasceu em Bissau, estudou desde os 11 anos de idade em Coimbra, Portugal, até terminar o curso de Direito em 2012, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, possui três pós-graduações: em Direito Bancário, Direito da Energia e dos Recursos Naturais e Direito das Telecomunicações, atualmente, é mestranda em Estudos sobre as Mulheres: Gênero, Cidadania e Desenvolvimento, pela Universidade Aberta em Lisboa. Sila é advogada e uma das sócias fundadoras da sociedade de advogados Directus & Justitia, com sede em Bissau, desde agosto de 2015. De agosto de 2019 a março de 2020, Sila exerceu as funções de Presidente do Instituto da Mulher e Criança da Guiné-Bissau. Desde então que, através da Fundação Ana Pereira (instituída em 2018), a qual é presidida por Sila, foi idealizado o projeto da Plataforma Bioksan: Um olhar sobre as meninas e as mulheres na Guiné-Bissau; em janeiro de 2021, Sila foi investida como Deputada junto da Assembleia Nacional Popular, pelo PAIGC, pelo círculo eleitoral n.º 5, Sector de Bissorã.

Em seguida apresentarei o cronograma das atividades que irei realizar com esse projeto:

7 CRONOGRAMA

Atividades	2022.1	2022.2		2023.1	2023.2
	S2 ¹	S1	S2	S1	S2
Levantamento bibliográfico	X	X			
Leitura e fichamento	X	X			
Revisão de Literatura	X	X	X		
Coleta de dados		X	X		
Transcrição de entrevista				X	
Análise de dados				X	
Escrita de artigo				X	
Revisão e reescrita				X	
Ensaio para apresentação				X	
Defesa					X
Publicação					X

¹ S2 trata-se do primeiro semestre de cada ano, enquanto S1 refere-se a segundo semestre de cada ano

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela; MIRANDA, Danilo dos Santos. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: CEBRAP, 2016. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf](http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc%20Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf). Acesso em: 22 maio 2021.

ASSUNÇÃO, Marcia Gomes. **Representação Política das Mulheres na Guiné-Bissau**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

BARROS, Miguel de; SA, Inácia. **Manual de capacitação e assistência às candidatas a deputadas da nação nas eleições legislativas de 10 de março de 2019**. Bissau, Mais Mulheres: 2019.

BORGES, Manuela. A Educação informal e as associações: a propósito das Mandjuandades da Guiné-Bissau. **Iscte-iul.pt**, 2011. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3021/1/Borges_COOPEDUI_3.10.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

CORREIA, Magda et al. **Relatório da Comissão de Seguimento para a Aprovação da Lei de Paridade**, Bissau: Comissão de Seguimento para a Aprovação da Lei de Paridade, 2018.

FIGUEIREDO, Ângela; Gomes, Godinho. Para além do feminismo: uma reflexão comparada em Guiné-Bissau e Brasil. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 24, n.2, p.1-19, maio de 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>. Acesso em: 20 maio 2021.

GOMES, Peti Mama. **Mulheres em associação na Guiné-Bissau: Gênero e poder em Babock Bontche**. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

GOMES, Peti Mama; MONTERO, Artemisa Odila Candé. Os desafios da lei de paridade da lei na sua dimensão social e política: o caso das mulheres na Guiné - Bissau. **Caderno da África contemporânea**, v. 03, n.06, p.1-11, 2020.

GUINÉ-BISSAU- Assembleia Nacional Popular. Lei de Paridade, de dezembro de 2018. Incentiva a participação das mulheres na política e nas esferas de tomada de decisão. **Boletim Oficial da Guiné-Bissau**, Bissau: ANP, 4 dezembro de 2018.

IMPANTA, Iadira Antônio. **Mulheres da Udemu e experiências de vida: da luta de libertação à participação política**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

LIBERATO, Tânia. Desenvolvimento Humano e Desigualdades de Género nos PALOP – Tendências do Novo Milénio. **Observatório das Desigualdades e-Working Papers**, Lisboa, n.1,2021.Disponível em:https://www.observatorio-das-desigualdades.com/observatorioidasdesigualdades/wp-content/uploads/2021/04/e-WorkingPaper-N.o1_2021.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

MENDES, Herculano Arlindo. **A sub-representação feminina e os critérios de recrutamento político na Guiné-Bissau: os casos do PAIGC e do PRS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em:https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/19007/1/master_herculano_arlindo_mendes.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

MORREIRA, Joacine Katar. **A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Género, Violências e Instabilidade Política**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos africanos) - Escola de sociologia e políticas públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17067/4/phd_joacine_katar_moreira.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

MOURA, Tatiana et al. Invisibilidades da guerra e da paz: Violências contra as mulheres na Guiné-Bissau, em Moçambique e em Angola. **Centro de Estudos Sociais**, Lisboa, v.86, 2009. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/33759>. Acesso em: 22 maio 2021.

ONCAMPO, Locarine Dulciene Mendes. **Participação das mulheres na política guineense: entraves durante o multipartidarismo (1991-2012)**. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde-BA, 2017. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/767/1/2017_proj_loncampo.pdf. Acesso em: 13 jun.2021.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o género: fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e os desafios das epistemologias Africanas. **CODESRIA Gender Series**, Dakar, v.1, p.1-11, 2008.

SANTOS, Anacleto Juliana dos. Desigualdade Social e o Conceito de Género. **UFJF virtual**, 2010. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a7.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

SILVA, Airton Marques da. **Metodologia da Pesquisa Fortaleza**. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2015. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=29560>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SILVA, Gomes Meireles. Políticas públicas e a promoção de igualdade de gêneros. **Repositorio.aee.edu.br**, 2011. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/17240/1/P%C3%A2mela%20Maxcine%20Gomes%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

SILVA, Teresa Cruz et al. **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**. Dakar, CODESRIA, 2012.